

A Celebração Litúrgica do Mistério Pascal

Cónego José Ferreira

Por graça de Deus e magnânima generosidade de Sua Eminência Reverendíssima o Senhor Cardeal Patriarca, celebra este ano o nosso Seminário de Cristo-Rei dos Olivais o seu 25º aniversário, as suas bodas de prata. Adulto de poucos anos ainda, mas já de idade suficientemente consolidada, para que não lhe fique mal lançar para trás o olhar curioso sobre o seu passado. Instituição nova, construída de raiz, oferecia ela campo virgem a um trabalho de formação sacerdotal novo que assim se poderia desenrolar mais livremente do que se tivesse, para se desenvolver à vontade, de libertar-se da teia emaranhada em que se costumam debater as instituições ligadas a complexos costumes tradicionais.

Não se cortou com a tradição, herança gloriosa de nossos maiores; mas, em época, em que a Igreja por se encontrar com uma nova Humanidade, tem de entrar por caminhos novos, (muitos deles já velhos, mas que é preciso simplesmente redescobrir), não podia o nosso Seminário não abrir os olhos para esses novos caminhos por onde a Santa Igreja avança triunfante e segura, através deste mundo, até à montanha de Deus.

Foi sonho de Sua Eminência que o nosso Seminário fosse berço de algo novo, para que os padres, que daqui saíssem, fossem na palavra tantas vezes pronunciada pelo Eminentíssimo Pastor, «Padres, estilo novo». Novo, não porque os de antes fossem de estilo reprovável, mas para que os de agora se abrissem largamente às exigências actuais da vida da Igreja. Ter-se-ia tornado o sonho realidade? Nunca os sonhos serão realidade total; mas sem eles não se levantaria na terra nada de grande. Os sonhos são a planta de todas as grandes realizações. Em qualquer caso o nosso Seminário trouxe novidades, marcou uma linha cuja direcção, se não era nova em si, era nova para nós.

E creio que foi precisamente a maneira como compreendeu alguns dos grandes movimentos da presente vida de Igreja. Sem dúvida, entre eles está o movimento litúrgico. É glória sua ter sido em Portugal, um dos berços em que foi carinhosamente embalado o despertar, entre nós, do grande apostolado. Não era coisa nova que os Seminários do Patriarcado

acarinhassem com particular afecto a vida cultural da Santa Madre Igreja; o velho Seminário de Santarém prezava-se de ser modelo de observância da sagrada liturgia. Mas o que agora nos chegava era descoberta nova em todo o mundo. Liturgia, evocava nestes novos tempos, mais do que cerimonial litúrgico, a presença no mistério do culto da própria obra redentora de Cristo. A liturgia já não era apenas organização e meio de edificação; era adoração, louvor, eucaristia e comunicação de santidade. Mestres vindos de fora [o Seminário esteve até 1949 confiado aos Padres dos Sagrados Corações de Jesus e Maria, comumente chamados de Pic-Pus. O canto esteve a cargo do Rev.º P. Pascal Piriou, organista e compositor-exímio e do Rev.º P. Inácio Aldassoro, mestre do coro] trouxeram-nos a iniciação no canto sagrado. E também o nosso seminário ouviu, talvez pela primeira vez em Portugal, as admiráveis melodias gregorianas, sepultadas desde séculos no fundo das bibliotecas, em ilegíveis pergaminhos e que os monges de Solesmes há alguns anos tinham reconduzido ao coro das nossas igrejas. Mais, porém, do que a beleza musical, aprendíamos que essas melodias eram a voz da Igreja orante e que cantando-as não dizíamos nada de simplesmente nosso, em louvor à glória do Seu Celeste Esposo.

À frente desta casa pôs Sua Em.^a Rev.m^a um mestre apaixonado pela vida da Santa Madre Igreja, [Monsenhor Cónego Reitor José Manuel Pereira dos Reis, actualmente oblato no mosteiro beneditino de Singeverga] que passava os seus dias no meio de nós a dizer-nos, em todos os tons e de todos os modos, que era nela que encontraríamos a Cristo e que era em Cristo que veríamos o Pai, com aquela simplicidade e paciência que já o Senhor usara com Filipe para ensinar a mesma coisa: *Philippe, qui videt me videt et Patrem* [Jo 14, 9]. Ao pretender desenvolver duas ideias sobre um assunto de liturgia, não posso neste momento e neste ano deixar de evocar no meu espírito e no de todos vós a lembrança de Monsenhor Reitor.

Por todas estas razões, ao celebrarmos, segundo velha praxe esta festa académica em honra de S. Tomás de Aquino, pareceu bem, neste ano jubilar trazer à benévola consideração de V. Ex.a um assunto de ordem litúrgica. Não foi difícil escolher. As últimas reformas nesta matéria, emanadas da Santa Sé estão dando relevo excepcional à celebração da Semana Santa e em particular à Vigília da Páscoa. Serão, portanto, estas considerações sobre a celebração litúrgica do mistério pascal e em particular sobre a evolução histórica da santa vigília.

A liturgia é na Igreja o próprio exercício da vida de Cristo Senhor nosso, Sacerdote glorificador do Pai, Liturgo Supremo e Universal. A organização do culto litúrgico nasceu, ao correr dos séculos e em diversos lugares, com aquela espontaneidade natural que a vida cristã, consciente e activa, inspirou à cristandade. Sendo vida, a vida de Cristo no meio da Igreja, à Liturgia era a princípio estranho tudo o que fosse artificialismo, cerimónias ou formulários distantes do sentir e do viver natural dos fiéis. A Liturgia foi sempre, e tem de o ser hierática, solene, afastada do trivial, do terra a terra, mas nobre nas atitudes, elevada na linguagem, sem com isso deixar de ser sentida pela comunidade cristã, sem deixar de ser a expressão verdadeira da sua própria vida, como uma pessoa não precisa de ser mentirosa nem falsa quando pretende ser elegante.

Com o rodar dos tempos, dado sobretudo que o povo, por ignorância, por deseducação, por desenvolvimento de espírito individualista, se começou a afastar da liturgia, esta foi, pouco a pouco, tomando-se distante da vida real e individual de cada fiel.

Os actos litúrgicos deixaram de ser compreendidos e sentidos. O que era vida da Igreja cristã não era, ao menos conscientemente, vida dos cristãos. E foi assim, que ao lado da liturgia, que a Igreja continuou a considerar a sua vida, onde está presente no mistério do culto a própria vida de Cristo, surgiram as múltiplas formas de piedade individual, subjectivamente mais verdadeiras que a piedade litúrgica, mas mais esvaziadas de conteúdo objectivo. Houve quem afirmasse, tão levado de generosidade como de ignorância, que determinadas formas de piedade litúrgica, não se podendo aceitar como manifestação de autêntica piedade, se aceitassem ao menos em espírito de penitência e obediência!

Este malfadado estado de coisas, se em alguma circunstância se manifestou claramente, foi na Semana Santa.

Mais do que nunca, os fiéis sentiram a necessidade de expressar a sua piedade para com os argutíssimos mistérios da Redenção, nestes dias santíssimos; mas porque a liturgia lhes era estranha carregaram, por sua conta e em detrimento das funções litúrgicas, estes dias, com novas formas de oração de carácter individualista, (não digo pessoal) mais

sentimental, tanto menos densas de verdade quanto mais cheias de um sentimentalismo superficial e às vezes doentio. Deslocaram-se os ofícios das horas competentes, certamente por maior comodidade, enquanto se inventavam por outro lado duras formas de penitência. Anteciparam-se matinas de sexta-feira santa para não carregar a noite com ofícios longos, e... alongaram-se pela noite as horas de adoração, porque naquela noite, ao menos naquela noite, era preciso apelar para a generosidade, para a vigilância e para a oração. É que no ofício não se rezava! A comemoração da morte do Senhor inspira tanta devoção e recolhimento que até pelas ruas se pede um minuto de silêncio às 3 horas da tarde de Sexta-feira Santa; mas o ofício, ou, como agora se diz, a Acção Litúrgica dessa hora transpôs-se irracionalmente para de manhã para em seu lugar se fazer a Via-Sacra, a Solenidade de Nossa Senhora, etc., devotas mas secundárias formas de piedade. A soleníssima Vigília Pascal, porém, foi de todos os ofícios o mais torturado. Passou integralmente da noite santa da Páscoa para a manhã de sábado, deixando sem sentido aquele belíssimo e sugestivo ofício: nem cronologia, nem simbolismo, nem lógica nas fórmulas e ritos. Para iludir a fantasia e não deixar aos textos tão pouca ocasião de se mostrarem verdadeiros, taparam-se as janelas com panos escuros, apagaram-se as luzes, e teimava em chamar-se àquele dia, às vezes esplendente de sol primaveril, *nox sancta, haec nox est*.

O povo ia perguntando: «Porque é que a Missa do Aleluia é no sábado, se Nosso Senhor só ressuscitou no domingo»? E logo se arranjou piedosa resposta conciliadora: «É a hora em que o Anjo veio anunciar a Nossa Senhora que Jesus ia ressuscitar».

O século XX é realmente o século das luzes. O nosso tempo não suporta as soluções de compromisso. Às vezes chega a ser irreverente, mas no fundo é simplesmente verdadeiro. Anuindo ao voto de muitos membros da Cristandade o nosso Santo Padre o Papa Pio XII, a quem Deus avivente para glória Sua e nosso favor, veio oferecer-nos o *ordo hebdomadae sanctae instauratus*, a repor as coisas no seu lugar.

O Ordo representa, no entanto, a última e admirável fase do longo caminho percorrido pela Santa Igreja no viver quotidiano, através das idades, da Liturgia cristã. Acompanhemos, portanto, em pequena digressão histórica a evolução dos ritos da celebração pascal.

Páscoa significa, desde as origens do Cristianismo, não somente a Ressurreição, mas todo o mistério da Paixão, Morte e Ressurreição, no qual o Senhor realizou a sua obra redentora. Páscoa, o Mistério Pascal, é aquela acção sagrada na qual Cristo realiza a libertação do seu povo do cativeiro do Egipto e o translada à terra da plena liberdade - do cativeiro de Satanás à pátria da Sua Igreja. Celebrar a Páscoa é, portanto, celebrar o Mistério que nós hoje vivemos na Semana Maior, e por isso não é de estranhar que pelo menos no século IV toda a Semana Santa levasse o nome de Semana Pascal.

O diário de Etéria, a que adiante se fará mais larga referência, escreve: «No domingo (o de Ramos) entra-se na Semana Pascal que aqui (em Jerusalém) chamam Semana Maior» [in Étherie, Journal de voyage, Sources Chrétiennes, Edition du Cerf. pag. 64].

«Na origem, escreve Baumstark, o culto cristão celebra de algum modo uma festa única, a do Mistério da Salvação, mistério da Morte e da Ressurreição realizado em Cristo e em nós, por Cristo [in Étherie, Journal de voyage, Sources Chrétiennes, Edition du Cerf. pag. 64]. O carácter histórico do ciclo litúrgico está assim em segundo plano. As festas cristãs têm antes um carácter ideológico, e este era também «o da festa da Páscoa, festa da Redenção, fruto da Morte e Ressurreição do Salvador inseparavelmente unidas» [in Étherie, Journal de voyage, Sources Chrétiennes, Edition du Cerf. pag. 68].

A primeira celebração da Páscoa cristã foi no Cenáculo. Mas pouco ou nada se compreenderá daquela misteriosa Ceia, se não se tiver presente que o Senhor se sentou à mesa para celebrar a Páscoa, a Páscoa hebraica.

Ocorria no dia 14 do mês de Nisan o aniversário do mais famoso prodígio de Yavéh a favor do seu povo. Cerca de 13 séculos antes, numa noite de dor e de triunfo, Yavéh passara, de espada desembainhada, por todo o Egipto, e ferira de morte todos os primogénitos dos egípcios, poupando os dos cativos hebreus, em atenção ao sangue do misterioso cordeiro devidamente espalhado nas ombreiras dos portais. Algum tempo depois, numa noite também, todos estes cativos hebreus, há 40 anos peregrinos em terra estrangeira, primeiro pela fome, depois pela abundância, finalmente pela escravidão, são conduzidos para fora

daquele país, no meio de prodígios sem par, numa caminhada de 40 anos, que é ao mesmo tempo procissão de penitência e de glória, por entre terras inóspitas e povos inimigos, que lhes abriam caminho e se perfilavam à sua passagem *obliguerunt ut lapis donec pertransiit populus tuus* [Cântico de Moisés: Ex.15,16, segundo a nova versão latina do Saltério.] - até à doce e sonhada terra, onde corre o leite e o mel.

No caminho, o mar abriu-lhes passagem a pé enxuto e foi vermelho com o sangue dos exércitos do Faraó; o céu deixou cair o maná; a pedra batida pela vara de Moisés jorrou água abundante; no Sinai apareceu a glória de Yavéh e o povo recebeu a Lei escrita; pelas areias do deserto ficaram perdidos os cadáveres de todos (menos 2) que tinham saído do Egipto, testemunhas de tantos milagres, mas que deixaram endurecer o seu coração e só uma geração nova alcança ver a terra prometida. No meio do cortejo, Yavéh está presente na tenda sagrada.

A lembrança desta restauração do povo hebraico ficará para sempre gravada na memória de seus filhos. O próprio Yavéh quer que sejam eternamente lembrados os prodígios do seu braço, a bondade da sua misericórdia: «Memorável será para vós este dia e vós o celebrareis, como dia solene do Senhor nas vossas gerações com culto sempiterno» [Ex 12, 14].

Moisés, depois, do outro lado do mar, vendo a seus pés, misturados com as ondas, os corpos dos egípcios, seus carros e seus cavalos, cantou em hino triunfal as maravilhas que o Senhor operara em favor do seu povo. E mais tarde David comporá o salmo 135, no mesmo teor, em forma litânica com certeza para servir mais facilmente ao serviço litúrgico do templo, para que de geração em geração os pais anunciassem a seus filhos «como o Senhor é bom, como é eterna a sua misericórdia» [Ainda hoje todas as quintas-feiras, quando reaparece o dia da semana em que Jesus celebrou pela primeira vez a Páscoa antiga e lhe substitui a nova Páscoa, a Igreja do mesmo Deus que operou outrora aqueles prodígios a favor do seu povo eleito, repete no princípio e no fim desse dia, em laudes e vésperas, estes dois célebres poemas].

«Celebrareis este dia em todas as vossas gerações». Não havia para o judeu preceito mais sagrado do que a celebração anual da Páscoa. Conhecemos o seu ritual: evocação dos factos, louvor e acção de graças

a Yavéh (o salmo atrás citado fazia parte da cerimónia) e, em particular, a manducação do misterioso cordeiro. Nenhum judeu se furtava ao alegre cumprimento destas prescrições. Da Sagrada Família de Nazaré sabemos que todos os anos se deslocava da encantadora Galileia, por entre os rudes penhascos da Judeia, até Jerusalém, para celebrar a Páscoa: *ibant parentes eius (de Jesus) per omnes annos in Jerusalem in die solemni Paschae* [Lc 2, 41]. Jesus ia também; sabe-se com efeito que aos 12 anos se ficou para trás da comitiva, no templo, ouvindo e interrogando os doutores. E conhecemos em pormenor como celebrou ele próprio a Páscoa no último ano da sua vida terrestre. Foi em casa daquele quidam do Evangelho para onde caminhava um homem com uma bilha de água às costas, ao anoitecer da véspera da Parasceve talvez quando, segundo a tradição rabínica, se contavam no céu as três primeiras estrelas. Como hoje diríamos, ao crepúsculo de quinta-feira.

Jesus cumpre todo o ritual que vinha nos livros santos: *Observata lege plene cibis in legalibus* [Hino «Pange lingua... corporis»]. Pela última vez na história do mundo e na história do povo eleito ia ter sentido aquela comemoração. É que todo o passado, os factos do Egipto, do deserto e da terra prometida, e o ritual anualmente repetido em memória desses milagres, não eram nada; não tinham sentido em si mesmos: *Haec Omnia in figura* [1Cor 10, 11]. Eram a acção de Deus em símbolos como mais tarde Jesus falará em parábolas. É uma linguagem como outra qualquer, linguagem que, em lugar de ser simplesmente escutada, é sentida, é vista, palpada, vivida. Todos aqueles factos tiveram sentido relativo. O absoluto, que só está em Deus, estará no entanto perto do homem, não em figura, não em mero símbolo, em realidade, mas somente no novo povo escolhido, naquele que vai ser poupado à ira do Senhor pelo sangue do Cordeiro de Deus que tira os pecados do mundo, que vai ser salvo e liberto numa outra Páscoa, na Páscoa de Cristo.

Também esta, a Páscoa cristã deve ter (é evidente) a sua comemoração. Mais do que a antiga ela deve ser celebrada de geração em geração, também este dia deve ser *celeberrimus et sacratissimus*.

Jesus está no Cenáculo. Cumpre a Páscoa antiga e, como quem sobre o desenho esboçado espalha as tintas da pintura, Jesus Cristo preenche os símbolos antigos com a nova realidade, institui a comemoração ritual da Nova Páscoa.

Na véspera da sua Paixão, esta instituição tem ainda o sentido de um testamento, como o pai que à hora da morte, dispõe cuidadosa e carinhosamente o que interessa ao futuro bem de seus filhos; ao cordeiro pascal da Antiga Lei substitui o Cordeiro Pascal da Lei Nova - Ele próprio: *Novum Pascha novae legis, phase vetus terminat* [Hino «Pange língua... Corporis». Essencial é a diferença entre esta comemoração ritual da Ceia e a da Páscoa antiga. Esta era meramente evocativa; falava à memória - «para que vossos filhos saibam o que Eu fiz, a seus pais quando os tirei da terra do Egípto». Aquela, a da Lei Nova, é também evocativa, *recolitur memoria passionis eius* [Antífona «O sacrum convivium»] mas, mais do que isso, é presença, é a presença constante, até ao fim dos tempos, da Páscoa cristã: *annuntiabitis mortem Domini donec veniat* [1Cor 11, 26]. Ao terminar o banquete, Jesus cantou ainda o Hallel, o salmo de acção de graças, o salmo que evoca os prodígios da Páscoa antiga.

Em cada versículo, Jesus lê um capítulo da história do seu povo e como Senhor dos tempos e dos acontecimentos, toma em suas mãos onnipotentes todos aqueles fios da teia da vida, e tece com eles maravilhoso matiz cujo desenho só pode entender se visto no conjunto em que Ele o vê, neste momento da história do mundo.

Jesus sai do cenáculo. Vai para a Sua imolação, vai cumprir as figuras antigas e dar sentido ao novo rito pascal. Os Apóstolos saem do Cenáculo. Vão para os caminhos do mundo e para os tempos do futuro. O mundo está agora salvo, Jesus morreu e ressuscitou. Ofereceu-se em sacrifício e o Pai aceitou e O glorificou. E eles, os Apóstolos, levam em suas mãos o mistério desse sacrifício e dessa glorificação. Vão, pois, celebrá-lo, no meio da assembleia do povo escolhido, da «Ecclesia», *in mei memoriam*, em memória de Jesus, para que os homens se lembrem de que têm no meio de si a salvação; *donec veniat*, até ao dia em que Ele voltar, para que nunca lhes passe da memória «como o Senhor é bom, como é eterna a sua misericórdia» [Sl 135].

«A religião cristã com efeito, escreve L. Bouyer, não é simplesmente uma doutrina; é um facto, uma acção, e não uma acção do passado, mas acção do presente, em que o passado se reencontra e o futuro se aproxima. É nisto que ela encerra um mistério, mistério de fé, porque ela nos afirma que se torna nossa, de hoje, a acção que um outro, Cristo, um

dia realizou e cujos frutos, já presentes em nós, só um dia poderemos contemplar». «Todo o culto cristão não é mais do que uma celebração contínua da Páscoa. O sol, que não cessa de se levantar sobre a terra, arrasta atrás de si uma esteira de eucaristias que não se interrompeu um só instante, e cada missa celebrada é a Páscoa que se prolonga. Cada dia do ano litúrgico e em cada dia, cada instante de vida da Igreja que não adormece nunca, continua e renova a Páscoa que o Senhor tinha desejado, com tão grande desejo, comer com os seus, enquanto espera a que há-de comer com eles no Seu Reino, e que se há-de prolongar por toda a eternidade» [L. Bouyer, *Le mystère pascal*, pag. 9].

Apesar deste sentido de intemporalidade do mistério cristão, que faz com que a sua celebração tenha sempre igualmente sentido em qualquer época do ano litúrgico, a comemoração anual da grande data histórica da Morte e da Ressurreição de Cristo impunha-se por si mesma. Era da mais elementar exigência psicológica. Além disso, é íntima a ligação da Páscoa antiga com a Páscoa cristã. A antiga orientava-se para a nova como a aurora para o sol nascente e o próprio Cristo, ao morrer em plena celebração da Páscoa e ao instituir o rito sacramental do sacrifício cruento dentro do próprio banquete pascal, confirma esta profunda união.

Não encontramos, porém, nos Actos dos Apóstolos, essa crónica da vida da Igreja dos primeiros dias, notícia clara sobre a Festa da Páscoa. Lê-se algumas vezes o nome de Páscoa e «de festa dos ázimos», mas não se pode concluir que se refira à Páscoa especificamente cristã.

Mas não nos faltam testemunhos quase coevos da idade apostólica; entre todos, é sem dúvida bem significativa a luta pela fixação da data pascal entre o Oriente e o Ocidente, em que desempenhou tão importante papel a figura prestigiosa de S. Policarpo. O facto mostra, até, que a festa cristã se substituiu à judaica, como o Mistério da Nova Aliança se substituiu ao da Antiga. A polémica incidia sobre o dia da solenidade: 14 de Nisan, como na Lei Mosaica fosse qual fosse o dia da semana? O primeiro dia de semana, porque foi nesse dia a Ressurreição, facto base da Nova Lei? Roma, que não tinha tradições judaicas, optava por este último; o Oriente, impregnado de hábitos velhos de 13 séculos, preferia seguir a data tradicional. Por fim, vem a conciliação: o domingo, mas o domingo a seguir à plena lunação da primavera, o que ainda significa, cedência à tradição dos hebreus, segundo a qual a Páscoa dum ano devia

distanciar-se da do ano anterior o intervalo dum ano completo, isto é, de 13 lunações, quantas eram as que determinavam o ano judaico.

Estamos mais mal informados quanto ao ritual dessa solenidade. A primeira notícia duma vigília pascal é-nos fornecida pela «*Didascália dos Apóstolos*» obra do primeiro quartel do século III. Tertuliano, quase contemporâneo, fala da administração do baptismo nessa vigília. Sendo pouco para compêndio de um cerimoniário dos nossos dias, são no entanto dados preciosíssimos. Sabemos como a Igreja primitiva amava as santas vigílias, e em particular a vigília do sábado para o primeiro dia da semana, a que Tertuliano dá o nome de *Panuchís*, isto é, vigília.

A hora calma da noite, em que nada pode atrair a atenção do homem se não a luz das estrelas, é mais própria para olhar para o céu; o silêncio e a intimidade convidam ao recolhimento e a prudência inspira a essa hora, mais do que a outra qualquer, vigilância e oração. Jesus orou muitas vezes de noite sobre os montes. Judas encontrou-o em vigília e, contra a fraqueza da carne que se deixa facilmente vencer, o Senhor aconselhou a seus discípulos que vigiassem e orassem. Preveniu-os que viria como ladrão nocturno que se não faz anunciar; e que será à meia-noite que o esposo virá para as núpcias; *Ecce sponsus venit* [Mt 26, 6]. A esposa ouve o aviso celeste e, qual virgem prudente, de lâmpada acesa, a Igreja espera, na noite desta vida, a hora das núpcias eternas. Sempre ela amou ficar de noite vigilante como é próprio daquela que ama. A Igreja é a que pode dizer com verdade: «eu durmo mas o meu coração está vigilante» [Cân 6, 2]. Para não multiplicar testemunhos, dois, muito conhecidos, mas de não pequeno interesse.

O primeiro é já dos «*Actos dos Apóstolos*» no Capítulo XX: Escreve S. Lucas: «Reunimo-nos no primeiro dia da semana para partir o pão - *ad fragendum panem*. Paulo disputava com eles e, como tencionava partir no dia seguinte, prolongou a conversa até à meia-noite. Havia muitas lâmpadas na sala de jantar onde estávamos reunidos. Um rapaz, por nome Eutico, que estava sentado na janela, mergulhou em sono profundo e, porque Paulo falou muito tempo, com o sono caiu do 3º andar e foi levantado morto. Paulo desceu, inclinou-se sobre ele, e abraçando-o disse: não vos perturbeis, pois a sua alma está nele. Subiu de novo e partiu o pão, comeu e falou ainda muito até de madrugada; depois partiu».

O cap. II, usa a mesma expressão - fracção do pão - ao descrever a vida da cristandade de Jerusalém. Diz assim: «estavam todos perseverantes na doutrina dos Apóstolos e na comunhão da fracção do pão, e em oração» E mais além: «todos os dias permaneciam no templo, e partiam o pão nas casas e tomavam o alimento com alegria e simplicidade de coração, louvando a Deus».

O segundo é dum pagão. Encontra-se na famosa carta de Plínio o Moço, ao tempo governador da Bitínia, ao imperador Trajano, sobre o estado dos cristãos daquela província. Diz que eles «em dia determinado, antes da aurora costumavam reunir-se para cantar louvores a Cristo como a um Deus».

No primeiro caso a vigília consta de pregação dos Apóstolos e termina com a fracção do pão. No segundo é preenchida com cânticos e louvores. Mas o futuro esquema litúrgico, da época seguinte às perseguições, e que é o primeiro a ser-nos claramente relatado, segue o clássico esquema da sinagoga dos judeus com leituras, cânticos de meditação, pregação e oração. Seria este o esquema normal da vigília e, portanto, também, o da vigília pascal, acrescido da administração do baptismo, tudo encaminhado para a fracção do pão, diríamos hoje, para a Missa da Ressurreição; embora ambos os testemunhos citados se refiram simplesmente à vigília habitual do domingo.

Ainda segundo Tertuliano, os cristãos a quem era facultativa a assistência à vigília dominical eram obrigados à vigília pascal, tanto mais que—assim era esperado—seria numa vigília da Ressurreição que o Senhor havia de regressar, na sua parusia gloriosa.

Foi, pois, a princípio esta vigília «mãe de todas as santas vigílias» [S. Agostinho, sermão 219] em que todo o mundo se mantém vigilante, a grande celebração da Páscoa cristã. Mas se a vigília pascal celebrava todo o mistério da Redenção, ela celebrava em particular a Ressurreição. Era, pois, natural que outro dia fosse consagrado à memória da morte e, naturalmente ainda, esse dia ia ser a sexta-feira anterior.

Na véspera, na quinta-feira ocorria o aniversário da instituição da Eucaristia, entrega por Cristo à Igreja dos Mistérios da Redenção, diríamos, de Redenção em Mistério, para que a Igreja os celebrasse, conforme a palavra do Canon no *Hanc igitur* deste dia: «*Ob diem in qua Dominus noster Jesus Christus tradidit discipulis suis corporis et sanguinis sui misteria celebranda*» [Missal Romano]. Espontaneamente a quinta-feira recebe sinaxe litúrgica comemorativa da Ceia do Senhor, dando assim nesse dia cumprimento à palavra de Jesus *Hoc facite*. Aparece portanto desde cedo o núcleo de quinta e sexta-feira e sábado santo com a vigília, conhecido por «*triduum sacrum*» ou tríduo pascal, ao qual se refere S. Ambrósio nestes termos: «*Triduum illud sacrum... intra quod et passus est et quievit et resurrexit*» [S. Ambrósio, Ep. 23, 13]. S. Agostinho fala igualmente do tríptico pascal de Cristo «*Crucifixi, sepulti, resuscitati*» [Santo Agostinho, Ep. 55, 14].

É daqui, deste embrião primitivo, que nasce toda a nossa actual Semana Santa, e até toda a frondosa árvore do ano litúrgico, em cujos ramos, à semelhança da árvore do Paraíso, de que fala o Apocalipse, nunca se acabam, ao longo dos 12 meses, os mais abundantes e variados frutos da vida.

Na impossibilidade de percorrermos toda a história da evolução da semana santa, fixemos o nosso olhar em duas igrejas principais pela sua categoria e influência que exerceram depois sobre as outras igrejas da Cristandade.

De todas as igrejas, a de Jerusalém, estava em situação única para poder reviver, segundo os seus pormenores de tempo e de lugar, todos os episódios que os Evangelhos referem ocorridos na semana maior. Graças a Deus, e à muita curiosidade de uma devota peregrina das Espanhas, Etéria, estamos muito bem elucidados a respeito da liturgia jerusalemitana do século IV; é certo que a liturgia actual veio directamente de Roma, mas até Roma é, em muito, herdeira da veneranda igreja de Jerusalém. Por isso, antes de olharmos para Roma, peçamos licença para entrar na luzida comitiva que segue por todos os caminhos da terra bíblica, a devota peregrina, quase nossa vizinha de origem. Será nosso guia o seu próprio diário redigido com a meticulosidade e observação, próprias de quem de si mesma diz «*ut sum satis curiosa* [Ethéria, op. Cit 16, 3] - muito curiosa como eu sou».

Jerusalém celebra realmente uma semana santa. Etéria diz «semana pascal que aqui (em Jerusalém) chamam semana maior». A expressão «Semana Pascal» que aqui chamam «semana maior» indica que a primeira designação, «semana pascal» é o nome por que Etéria a conhecia no seu país; ela e as destinatárias da sua narrativa, suas irmãs, virgens do Senhor como ela, em algum mosteiro da Galiza. Semana Pascal era portanto a designação do Ocidente. No Oriente dizia-se *semana maior*.

Semana Pascal é, pois, toda a semana, consagrada ao mistério da Redenção, pela Morte e Ressurreição do Senhor.

Em Jerusalém as comemorações começavam no sábado antes do domingo de Ramos chamado sábado de Lázaro, com a procissão que da cidade partia até Betânia, como diz o Evangelho que o Senhor tinha feito. No domingo, o local de reunião (Roma dirá a Igreja da colecta) é no Monte das Oliveiras, na Basílica mandada construir por Santa Helena, donde o nome de Eléona. Preside o bispo, e a função inicia-se à primeira hora depois do meio-dia. Dizem-se hinos, antifonas apropriadas ao lugar e dia, e leituras. Por volta das 3 todos sobem, ao canto de hinos, para o lugar onde o Senhor subiu ao Céu, o «*imbomon*». De novo se dizem hinos, antifonas e leituras intercaladas com orações. Cerca das 5 horas da tarde, lê-se o Evangelho (Mt. 21, 8-9) em que as crianças com ramos e palmas saem ao encontro de Jesus dizendo: «Bendito o que vem em nome do Senhor» - como ainda hoje no missal romano. Daí parte o soleníssimo cortejo, em que a gente se incorpora, a pé, seja qual for a sua condição, mesmo as senhoras, até as altas personalidades, (nota a peregrina que pelo teor da narrativa se vê ser de condição nobre, e que tem feito a sua aliás bem longa jornada sempre a cavalo e com grande estadão).

O bispo incarna a pessoa do Salvador. Lugar excepcional é reservado às crianças. Até as de colo, seguram ramos de palmeira e oliveira. Do monte das oliveiras, à luz suave do crepúsculo da primavera, a procissão desce ao Cedron, sobe à cidade e entra na Basílica da Anástasis ou da Ressurreição. E a hora do sacrificio vespertino, não sacrificio eucarístico mas somente eucológico; por isso celebra-se o lucernário (de que adiante se falará); mais uma oração à cruz e termina a função [Ethéria, op. 29, 3-31, 4]. Não nos podemos deter nos

pormenores de segunda, terça e quarta-feira, ocupados com longas horas de oração em comum. Apenas um passo referente a este último dia: «Um presbítero, diz o diário, lê no Evangelho aquele passo onde se diz que Judas Iscariotes foi ter com os judeus e com eles combinou o que lhe dariam para entregar o Senhor. À leitura desta passagem são tais os gritos e gemidos de todo o povo que não há ninguém que se não deixe tocar até às lágrimas. Depois do que, se faz uma oração, se abençoam os catecúmenos e em seguida os fiéis, e todos se vão embora» [Ethéria, op. 34]. A Quinta-feira Santa era igualmente como os dias anteriores ocupada pelo longo ofício nocturno desde o canto do galo até de manhã, por novas reuniões a 3.ª hora, 6.ª, e 8.ª (2 horas da tarde). Neste dia, excepcionalmente, se oferecia o sacrifício e, duas vezes, em dois lugares diferentes, coisa extraordinária para uma quinta-feira que não fosse a da Ceia do Senhor, pois que o Oriente não celebrava a Eucaristia nas férias penitenciais da Quaresma, a não ser ao sábado. É de notar que, fugindo à imitação histórica, desta dupla celebração do Sacrifício, nenhuma se fazia, como poderia parecer natural, na Igreja de Sião, construída no lugar do Cenáculo, onde a tradição coloca a instituição da Eucaristia, mas uma no *Martyrium* e outra na capela junto ao local da cruz, facto aliás exclusivo de quinta-feira maior. Como explica Thibaut: «Por uma razão dogmática de enorme conveniência, a Igreja de Jerusalém comemorava na quinta-feira santa a Ceia do Senhor sobre o Calvário, afim de demonstrar a unidade do Sacrifício Eucarístico e o da cruz» [Ethéria, pp. 228, nota 1].

A noite passava-se toda em vigília, no próprio local onde Jesus sofreu a sua agonia, no Getsemani. A vigília vem terminar na cidade aos primeiros alvares da manhã. A população está toda presente «sem alguma excepção, grandes e pequenos, ricos e pobres, toda a gente aí se encontra presente. Especialmente neste dia ninguém se retira das vigílias, até de manhã» [Ethéria, op. 36, 3], escreve Etéria.

Na sexta-feira, aos ofícios ordinários vem juntar-se a solene adoração da cruz, venerável rito daqui, desta cidade santa e destes antiquíssimos tempos, trazida até nossos dias e agora restaurada à sua traça primitiva, tão solene em sua aristocrática simplicidade. Os fiéis bem como os catecúmenos, inclinam-se diante da mesa em que se colocou a Santa cruz, beijam o sagrado madeiro e vão passando. A cerimónia é antes do meio-dia para que das 12 horas até às 3 da tarde todos, sempre sob a presidência do Bispo, oiçam ler, no pátio interior, entre a basílica do Gólgota (o *Martyrium*) e a do Sepulcro (a *Anástasis*), os passos da

Escritura Sagrada, tanto do Antigo como do Novo Testamento, relacionados com a Paixão. Na noite seguinte não há vigília obrigatória em atenção ao muito cansaço das vigílias, do jejum e das muitas e longas horas de reunião. Os que não podem estar toda a noite vão a partir de certa hora «Mas, diz Etéria, entre os fiéis os que querem, ou antes, os que podem, fazem vigília; os clérigos esses fazem vigília, os que são mais fortes e mais jovens» [Ethéria, op. 37, 9].

Em resumo: Temos em Jerusalém uma liturgia extremamente ligada ao tempo e ao lugar da Paixão do Senhor. Além de ofícios de contextura ordinária, salmos, hinos, leituras, orações, vimos no domingo de ramos a solene procissão em honra de Cristo Senhor Nosso aclamado pela multidão como rei messiânico; na quinta-feira, em memória da instituição da Eucaristia, o oferecimento da oblação sacramental. Quanto ao sábado, escreve a nossa peregrina: «No dia seguinte (à sexta-feira) faz-se como de costume, ofício à hora de terça, de sexta mas à nona não se faz ofício no sábado. Preparam-se as vigílias pascais na Igreja maior, isto é, no *Martyrium* As vigílias pascais fazem-se como entre nós. Há somente uma coisa que se faz a mais aqui: é que os neófitos, uma vez baptizados e vestidos de branco, quando saem das fontes são conduzidos ao mesmo tempo que o Bispo para a *Anástasis*. O Bispo entra dentro dos cancelos da *Anástasis*, diz um hino, depois faz uma oração por eles e com eles vem à Igreja Maior onde, como de costume, todo povo celebra as vigílias. Aí faz-se o mesmo que se costuma fazer entre nós e depois da oblação, todos se retiram» [Ethéria, op. 38, 1-2].

«Como entre nós». E esta referência abreviada, de quem tão bem nos poderia dizer tudo - «*ut sum satis curiosa*» - deixa-nos a nós sem saber como era a vigília pascal quer em Jerusalém; quer na Península Hispânica. Agora acreditamos que a curiosidade nem sempre é defeito; e a nossa fica grandemente prejudicada com aquela discrição. Notemos, no entanto, um pormenor. Jerusalém tem igualmente ligada à celebração da Páscoa uma liturgia baptismal, que realiza nos novos membros de Cristo, o mistério da Ressurreição do Seu Divino Chefe.

Vejamos agora como se passam as coisas em Roma. No frontispício dos nossos livros litúrgicos lê-se sempre a palavra «*Romanum*»: *Pontificale Romanum*, *Missale Romanum*, *Breviarium Romanum*, *Rituale Romanum*. O adjectivo não é sinónimo de cristão nem de católico; com a palavra *Romanum* não se pretende afirmar que se trata de um livro de liturgia

católica mas de um livro da liturgia da cidade eterna, da liturgia que ali nasceu, ali se desenvolveu ou, para ali levada, dali se espalhou pelo mundo inteiro. Justo era que donde nos vem a regra de crer nos viesse também o modo de orar.

A liturgia ocidental tem assim um carácter de unidade que lhe é comunicado por esta origem comum. No entanto, seria erróneo supor que a liturgia romana, que hoje é romana, teve toda ela origem em Roma. No princípio as igrejas particulares gozavam de grande liberdade em matéria litúrgica e cada qual organizava a sua liturgia com maior ou menor independência. Roma tinha a sua, mas as Gálias, a Espanha, a África tinham igualmente os seus costumes locais e a sua maneira de celebrar, a seu jeito próprio, os mesmos e únicos mistérios do culto cristão. Da contaminação de todas essas liturgias regionais, melhor ou pior combinadas, se originou a actual liturgia que, toda ela, seja qual for a sua origem, tem o nome de Romana. Roma sempre foi a encruzilhada de todos os caminhos.

Em Roma, a Páscoa foi sempre «a solenidade das solenidades» [Martirologio Romano]. O pensamento fundamental das celebrações era, como em Jerusalém, o mistério da Redenção. Segundo o citado testemunho de Etéria, a celebração fazia-se dentro duma semana que, «entre nós, (no Ocidente) se chama Semana Pascal». Não sendo, porém, as festas cristãs simples comemorações mas antes celebração de mistério, - a liturgia realiza a presença do passado e com toda a sua eficácia - a santa liturgia pascal celebraria não simplesmente a morte e a Ressurreição de Cristo, se não que devia realizar a morte e a ressurreição do Cristo total, do Seu Corpo Místico, a Sua Igreja. Por estas razões, também como em Jerusalém, Roma associou, à celebração da Páscoa de Cristo, a Páscoa dos cristãos, o mistério da sua morte e da sua ressurreição com Cristo, mistério este que é realizado no Sacramento do Baptismo. S. Paulo escreve: «Pelo Baptismo fomos sepultados com Cristo na morte para que, como Cristo ressuscitou dos mortos, pela glória do Pai, assim também nós caminhemos numa vida nova» [Rm 6,4]. Profunda visão da realidade cristã, realizar nos membros de Cristo o mistério da morte e da ressurreição, que se comemora a respeito do próprio Cristo. É o testemunho litúrgico da nossa concorporação com a Cabeça, ia a dizer, a explanação plástica num rito eficaz - num sacramento - dessa mesma doutrina, que somos um com Cristo, com Ele mortos e ressuscitados. Desta sorte a liturgia da Semana Santa, ao menos em algumas das suas partes, será profundamente baptismal, como já o tinha sido a de toda a

Quaresma. Para os que já são batizados, a celebração do mistério da morte e da ressurreição não deixa de agir profundamente em suas almas, pois que este mistério de morte e de vida que o batismo realiza, está no homem como semente que dia a dia vai germinando, mas cujo crescimento e desenvolvimento tem de ser acompanhado de perto, não vá ele ficar estéril e até morrer. Daí a necessidade de reavivar a graça baptismal, na celebração ritual em cada ano, da Páscoa de Jesus, que «foi entregue por causa dos nossos pecados e ressuscitou para nossa justificação» [Rm 4, 25]. Todos os cristãos, por isso, têm de participar de modo activo, pessoal, nas celebrações pascais.

A história da liturgia romana, da organização dos seus ofícios, do local das suas estações, só pode fazer-se do século IV em diante, quando aos cristãos foi permitido viverem à plena claridade do sol, construírem as suas basílicas, desenrolarem pelas vias públicas a pompa dos seus cortejos, e levar a sua influência a toda a sociedade. Roma ia na verdade passar a viver publicamente como cidade cristã. Ruíam os templos dos ídolos ao passo que surgiam as basílicas dos cristãos, imortalizando a memória dos seus mártires, ali sobre o túmulo de Pedro, na colina Vaticana, além a S. Paulo, na via Ostiense, e acima de todas no palácio dos Laterni, ao Santíssimo Salvador, tudo obra da imperial munificência de Constantino Magno. Como escreveu o poeta de Saragoça, Prudêncio, os deuses do Capitólio vinham desdobrar seus mantos a servir de passadeira no átrio dos templos de Cristo. Roma organizou pois a sua liturgia pascal. Menos que Jerusalém, Roma não conheceu nunca propriamente falando uma Semana Santa. A semana pascal, mesmo já no tempo posterior à paz Constantiniana, não teve de início senão as sinaxes tradicionais das outras semanas do ano, embora nesta com ofícios apropriados aos mistérios celebrados, excepção feita para a 5.ª feira, que nesta semana, ao contrário das outras semanas do ano, como no Oriente, recebeu estação comemorativa da instituição eucarística. Tais sinaxes ou reuniões eram a do domingo, da quarta e sexta-feira e a vigília dominical na noite de sábado para domingo.

No que toca à semana pascal em particular, o domingo, por nós chamado «de Ramos» e que agora no novo *Ordo* retomou a sua primitiva epígrafe, era o segundo domingo do tempo da Paixão, com a missa bem inspirada no pensamento da quadra, como ainda hoje no missal romano. A benção e procissão dos ramos é importação de Jerusalém, aliás tardia, pois, não aparece nos sacramentários romanos antes do século VIII. O sentido deste cortejo é fácil de apreender e o novo *Ordo* se encarrega de o

interpretar claramente quando escreve, como título da função, «solene procissão em honra de Cristo-Rei». A segunda e terça-feira eram dias sem estação. No tempo de S. Leão Magno ainda a não tinham pois o grande pontífice, que todos os anos costumava por si próprio explicar a Paixão do Senhor ao povo romano, começava a fazê-lo no segundo domingo da Paixão, depois chamado de Ramos, e só continuava na 4.ª feira seguinte. Certamente não interromperia essa explicação, naturalmente bem longa durante dois dias, se neles tivesse oportunidade de o fazer.

Quarta-feira tinha estação, mas a litúrgica, isto é, sem sacrifício; apenas com liturgia catequética e eucológica e escrutínio para os catecúmenos. A quinta-feira recebeu excepcionalmente estação, como fica dito, pois também era excepcional o dia. A instituição da Eucaristia não podia ficar sem especial comemoração. À celebração eucarística, dois ritos se vieram juntar em quinta-feira maior: a missa crismal, para a bênção dos Santos óleos (agora restabelecida) e a reconciliação dos penitentes públicos, disciplina hoje caída em desuso, mas que se manteve nalgumas regiões, até muito tarde.

A sexta-feira tinha igualmente estação, também alitúrgica, depois de noa; a contextura do ofício inspira-se no pensamento da paixão redentora e na ressurreição que ela mereceu para a Igreja de Cristo. O seu formulário juntamente com as grandes preces de intercessão ainda hoje existentes no missal romano, representa o mais venerando monumento da liturgia romana das velhas idades. A este primitivo núcleo de sexta-feira se vieram juntar com o tempo dois novos ritos: a adoração da Cruz e o que até há pouco se chamou *Missa dos pré-santificados*.

O sábado santo era, como todos os sábados *per annum*, vacante. Apenas de manhã, o último escrutínio para os catecúmenos, em Latrão, para a *redditio symboli*, a solene e pública profissão de fé, com os últimos exorcismos, ritos estes que ainda hoje fazem parte da liturgia baptismal e que o ritual marca para junto da entrada do baptistério. Mas à noite, na mesma basílica lateranense, começa a soleníssima vigília da Páscoa, «durante a qual o mundo inteiro está desperto», na citada palavra de S. Agostinho. É a última preparação para o baptismo. Nas leituras, até há pouco conservadas em nosso missal, perpassava, diante dos catecúmenos, a recapitulação e o resumo de toda a doutrina recebida durante a Quaresma: a criação e o Espírito de Deus pairando sobre as águas, imagem da criação nova que o Espírito Santo opera no Baptismo;

a travessia do mar vermelho igualmente figura da saída da região do pecado que o Baptismo realiza, a imolação do Cordeiro pascal, anúncio longínquo de Cristo oferecido em Redenção pelos pecados do mundo inteiro; os jovens da fornalha de Babilônia, exemplo para quem no meio do mundo, sempre pagão diante dos seus ídolos, devia dar o testemunho, o martírio constante da eterna adesão a Cristo. Crescia na alma daqueles candidatos ao Baptismo o desejo incontido de se tornarem participantes da graça da Redenção. Estava-lhes no ouvido e no coração a promessa desta renovação interior, desde que na 4ª feira da 4ª semana haviam sido convidados a entrar na vasta basílica da via Ostiense, ao canto destas palavras de Ezequiel: «Quando eu for santificado no meio de vós, derramarei sobre vós uma água pura, dar-vos-ei o espírito novo e sereis lavados de todas as vossas impurezas» [Introito de 4ª feira da 4ª semana.]. Depois da leitura que lhes repetia estas mesmas palavras eles ouviram ainda este outro convite de tanta esperança: «Vinde filhos, escutai-me; ensinar-vos-ei o temor do Senhor; aproximai-vos dele e sereis iluminados» [1.º Gradual do mesmo dia]. O baptismo era o sacramento da iluminação. Os orientais chamavam aos catecúmenos *illuminandi*, pois era esta a hora da grande *iluminação*. De noite? Que importa? Fora também numa noite, figura desta, que Yavéh iluminara, por rutilante coluna de fogo, o caminho no deserto, a quando da primeira Páscoa. Abandonando a basílica encaminham-se para o baptistério «como o veado corre para as fontes de água. Quando chegará a hora - e vai chegar - em que verei a face do meu Deus?» [1º Tracto «Sicut cervus» do Sábado Santo]. Ao transporem a porta do baptistério todos podiam ver a vasta piscina no centro da sala octogonal; num dos lados, a imagem de Jesus e do Baptista, ladeando o Cordeiro, de sob cujos pés emanava enorme jacto de água viva. Mais algumas cabeças de veado, circundando a piscina, alimentavam igualmente a fonte baptismal. Na arquitrave ainda hoje se pode ler a inscrição de Sixto III «*Gens sacrandae polis hic semine nascitur almo, quam fecunditatis spiritus edidit aquis*» [«Uma geração, que vai ser santificada, aqui nasce fruto de germen celeste; pois nasce destas águas fecundas pelo Espírito de Deus»], o Pontífice benze aquela água para que, «concebendo a santificação, do imaculado seio daquela fonte divina surja qual nova criação uma raça celeste» [Missal Romano, bênção das fontes baptismas], Sente-se que é a hora do espírito; como no princípio quando Ele soprou sobre o caos primeiro [Gn 1,2], também agora por sua graça e poder vai surgir, da desordem que o pecado trouxe ao mundo, a humanidade nova [2Cor 5, 17; Gal 6, 15], configurada à imagem e semelhança de Cristo, «o primogênito de entre os mortos» [Col 1, 18; Ap 1, 5]. E a hora do espírito, é a hora de Deus. A do homem cessou. O homem fizera ascese durante 40 dias, em luta corajosa com Satã, como Cristo no deserto. Agora Deus responde. O homem já não tem

nada a fazer, senão sujeitar-se. Não se lhe pede senão que creia na onipotência e na misericórdia de Deus. O homem agora é meramente passivo, um aniquilado, um impotente. Só nessa humildade ele pode ser remido. O catecúmeno desce à piscina «sepultado com Cristo na morte» [Rm 6, 4]; o ministro sagrado lança-lhe a água na cabeça, pronuncia a fórmula sacramental e pelos degraus em frente, sobe um ressuscitado, um filho de Deus. O mundo não deu por nada. Mas foi maior o milagre que o da criação *mirabilius reformastim* [Missal Romano, oração da bênção da água no ofertório; oração depois da 1ª Profecia de Vigília pascal].

Vestem-lhe a túnica branca, lavada no sangue do Cordeiro, com que ele há-de comparecer um dia diante do tribunal de Cristo para se sentar no banquete das eternas núpcias [Cf. Ritual Romano, fórmula que acompanha a entrega da veste branca, no rito do Baptismo]; entregam-lhe a luz, na vela acesa, para que espere em vigília constante que o Esposo venha convidá-lo a entrar [Cf. Ritual Romano, fórmula que acompanha a entrega da vela acesa]. Ao lado, no oratório de Santa Cruz o Pontífice vai administrando o Sacramento da Confirmação. Entretanto, na Basílica, os fiéis têm cantado repetidas vezes as ladainhas dos Santos, invocando a corte do Céu a favor daqueles novos irmãos. Terminada a administração dos sacramentos da iniciação cristã, ao abrirem-se de novo as portas da Basílica surge, no fulgor das luzes e na alvura das vestes, aquele cortejo de ressuscitados, como o exército de esqueletos animados da visão de Ezequiel. O catecumenado foi autenticamente o tempo da gestação em que a Igreja trouxe em seu seio os futuros filhos de Deus, por eles velando e sofrendo até esta hora. Eis que nasce na alegria tão numerosa e bela geração: «*qui seminant in lacrimis in exultatione metent*» [Sl 125] a hora da alegria; é preciso celebrá-la em banquete festivo, porque «este teu irmão estava morto e ressuscitou, tinha-se perdido e foi encontrado» [Cf. Parábola do filho pródigo, Lc 15, 32]. O banquete aí vem. Na mesa do altar, a Carne e o Sangue de Cristo são imolados em sacrifício e repartidos em refeição sagrada por todos. Os neófitos pela primeira vez entram naquele *plebs tua sancta* [Cânion da Missa] que circunda o altar, nele oferecem e dele comungam. A palavra de Deus ao primeiro homem adquire agora todo o seu sentido, nesta nova criação: «crescei e multiplicai-vos [Gn 1, 28]. Eis ali está o Homem crescido e multiplicado, Aquele Homem que existiu já antes de Abraão [Jo 8, 58] e antes de Adão e que será o último a existir porque Ele é o Alfa e o Omega, o que esteve morto e que agora vive por todos os séculos [Ap 1, 8 e 17-18].

Esta a vigília pascal romana da alta Idade Média.

Roma só tarde conheceu todo o esplêndido cerimonial que rodeia hoje o Círio, e que poderíamos chamar o *mistério da Luz*. No entanto, fora de Roma vamos encontrá-lo desde cedo em quase todas as igrejas do Ocidente Encontramo-lo na Irlanda, na Gália, na Alta Itália, na Península Hispânica, talvez mesmo em África; Santo Agostinho cita versos que ele próprio tinha composto: «*In laude quadam cerei*» [Confissões]. Mas é possível que o Santo doutor os tenha composto para algum diácono da Igreja de Milão ou de alguma Igreja vizinha. Neste cerimonial da luz devemos em primeiro lugar distinguir dois ritos: por um lado, a bênção do fogo e o acender de luzes do templo; por outro, a bênção e o louvor do Círio pascal, próprios da noite da Páscoa. Aquela é certamente muito anterior a esta, e em Jerusalém faz parte do ofício vespertino quotidiano, com o nome de *lucernário*.

Cito D. Schuster: «Etéria descreve-nos com vivas cores o ofício da tarde na *Anástasis* de Jerusalém, quando, em presença do clero, dos monges e de todo o povo, se transportava do interior do Santo Sepulcro a luz litúrgica com a aparição da qual começava o lucernário, enquanto que a sala em cujas abóbadas estava suspensa uma multidão de lampadários, estava brilhantemente iluminada, «*fit lumen infinitum*» [D. Shuster, *Liber Sacramentorum*, Vol. IV, cap. I].

Entretanto diziam-se os salmos convenientes e antífonas. Não é difícil reconhecer neste ofício a hora de vésperas. O acender das luzes teria talvez até como origem a simples necessidade, daquela hora em que o sol mergulha no poente, deixando atrás de si as trevas:«*illabitur tetrum chaos*» [Hino de vésperas dos Domingos «per annum»]; mas em Jerusalém todos relembavam as prescrições da antiga liturgia judaica sobre a lâmpada que devia acender-se todos os dias no templo ao anoitecer e o incenso que então devia ser queimado. Era o sacrifício da tarde. «O sentimento cristão - escreve D. Schuster - atribuiu desde cedo a esta sinaxe vespéral uma significação que a punha em relação *Intima* tanto com a oferta do incenso feita no templo neste momento, como com o sacrifício sangrento e com o eucarístico oferecido à mesma hora pelo Redentor no Cenáculo e depois no Calvário» [D. Shuster, *ib.* Seguimos, no que respeita à história da evolução da vigília pascal, o citado capítulo do *Liber Sacramentorum*].

No Ocidente, é a S. Ambrósio que cabe a honra de ter inaugurado a celebração diária do ofício. No seu tratado «*De virginibus*» o grande bispo menciona expressamente a «*hora incensi*» que deixou um sinal tão profundo no ofício vespéral milanês. Este ofício recebia o nome de lucernário ou *eucharistia lucernaris* e vamos encontrá-lo também em outras muitas igrejas do Ocidente. O fogo é elemento dos que melhor nos dão sugestiva imagem da divindade. Em muitos povos foi ele até divinizado e a lenda clássica conta como Prometeu o roubou do altar, onde no Olimpo sempre brilha em honra do pai dos deuses. Porque não aproveitar o fogo para fazer dele oferta votiva ao Senhor de todas as criaturas, no início do ofício vespertino, justamente quando privado da luz do sol o homem tem necessidade de recorrer a outra luz que lhe dissipe as trevas nocturnas? Foi, por isso, muito natural que o gesto tão vulgar de acender uma luz, oferecesse ocasião de cantar louvores «ao Pai de todas as luzes» [Tg 1, 17] e daquele que de si próprio disse: «Eu sou a luz» [Jo 8, 12]. Foi célebre na Antiguidade Oriental o hino *phôs hilarón*, hino do entardecer, como ainda hoje lhe chamam os orientais: «Luz alegre da santa glória do Pai imortal, Jesus Cristo. Caminhando para o pôr do sol e vendo já brilhar a estrela da tarde, cantamos ao Pai e ao Filho e ao Santo Espírito de Deus. Tu és digno de ser cantado por vozes inocentes. Por isso todo o mundo te canta: Glória, glória, glória a Ti. Amen». No Ocidente a hora da «*eucharistia lucernaris*» foi immortalizada nos versos de Prudência O poeta fala-nos duma infinidade de lâmpadas suspensas na abóbada da Igreja, à hora do lucernário a ponto de esta se poder comparar ao céu em noite de estrelas. Roma não teve a princípio a hora das Vésperas. A sua glória eram as santas vigílias, hoje diríamos, embora com o nome errado, as matinas. E quando a admitiu não lhe ligou o lucernário, além de outras razões, porque o ofício era celebrado com plena luz. S. Bento, que na santa regra nos deixou meticolosa descrição do *cursus* diário do ofício, ao falar de vésperas da Quaresma, quer que elas sejam celebradas antes da refeição, como era normal nos dias de jejum, mas de sorte que uma coisa e outra se terminassem de dia: *Ut lumen lucernae non indigiant reficientes, sed luce adhuc diei omnia consumuntur* [São Bento, Regra, cap. 41]. No entanto a presença do incenso no lume do turíbulo durante o canto do Magnificat é clara evocação da lâmpada do *sacrificium vespertinum* judaico, cantado no salmo 140, e da *eucharistia lucernaris* e bem evocativo daquele sacrificio que ao cair duma tarde também o Supremo Pontífice da Nova e Eterna Aliança consumara no Calvário, em odor de perfeita suavidade, em louvor à Santidade do Pai dos Céus. Se em algum dia podia ter sentido o lucernário era ao iniciar-se, com as primeiras vésperas, o ofício dominical

que a estação nocturna iria prolongar até de madrugada. Mas na noite da Páscoa é que ele realizava todo o seu eloquente simbolismo. A luz que se apaga e de novo se ateia, que expressiva imagem da vida que se perde e retoma! Por isso, aparece aqui e além no lucernário da tarde da Páscoa o louvor dum círio que claramente emerge de entre as luzes infinitas que possam alumiar o templo. O gesto já de si eloquente foi naturalmente interpretado numa fórmula. Aparece então o *laus cerei*, o louvor do círio, a cantar as glórias daquela noite, luminosa como o dia, a única que foi chamada a conhecer o tempo e a hora em que Cristo subiu das regiões da morte, vitorioso. O arauto deste pregão é sempre o diácono.

Vimos a referência de Santo Agostinho aos versos que ele próprio compôs em louvor dum círio; o sacramentário galicano ainda intitula o nosso Exultet «*Benedictio cerei sancti Augustini episcopi cum adhuc diaconus esses*». Mas a afirmação deve ser fantasista. De facto parece que o laus cerei era peça deixada à inspiração do executante. Vemos, com efeito, os diáconos empenhados em ter para seu uso um texto próprio. Um atrevido levita da Placência, a quem a musa não fora propícia, teve a ousadia de encomendar uma destas composições nada menos que a S. Jerónimo. O severo doutor respondeu-lhe que não compreendia «como se tolerava o abuso» de um diácono se arrogar o direito de declamar o laus cerei enquanto o bispo e os presbíteros se mantinham em silêncio na sua presença. Que fosse com ele para as solidões de Belém e ali poderia escutar outros cânticos da Páscoa. A vida porém tem as suas leis naturais. Já Cícero pôs na boca de Catão que «lutar contra a natureza o mesmo é que levantar-se contra os deuses, como fizeram os gigantes» [Cícero, «De Senectute»]. Roma vem a admitir o lucernário pascal com bênção e louvor do Círio. Seríamos nós hoje capazes de aceitar calmamente a reprimenda de S. Jerónimo? Certamente que não; e creio até que o estudioso das Escrituras, embora dissesse que nunca lá tinha encontrado que nos sacrificios de Deus se oferecesse cera ou mel, como agora se pretende fazer, se pudesse assistir à santa vigília da Páscoa, como ela se veio a fazer nos séculos posteriores, ele próprio pediria ao Papa, de quem foi secretário, que desse entrada franca a mais esta experiência da Cristandade. Vem até nossos dias o estupendo ritual da luz com que se inaugura a soleníssima vigília da Santa Páscoa. Como se lê na Escritura, no primeiro dia da criação, Deus disse: «Faça se a luz» [Gn 1, 3]. Também agora quando todas as coisas vão ser renovadas em Cristo, participando da novidade do Redivivo, o primeiro símbolo de Cristo glorioso é a luz: *Lumen Christi* [Missal Romano, na Vigília Pascal].

A princípio tanto a vigília pascal como as solenes acções litúrgicas de 5.a e 6.' feira se faziam às suas respectivas horas, nocturnas ou vespertinas, segundo a cronologia indicada pelo Evangelho para os factos comemorados nestes dias. A vigília principalmente perderia toda a verdade do seu simbolismo e até das suas palavras se transportada para qualquer outra hora. Mas foi o que sucedeu, com todas as calamitosas consequências apontadas no princípio.

De há mil anos a esta parte, a história da evolução da Semana Santa pouco maior interesse oferece do que verificar como o afastamento da vida da Igreja trouxe à Cristandade uma espécie de esclerose e aridez esterilizante que a tomou incapaz de produzir, em matéria litúrgica, algo com verdadeiro interesse ou sequer de entender o que já existia. Daí as interpretações fantasistas dos ritos, atribuindo-lhes significações exóticas, que, a serem verdadeiras e intencionais, só deporiam muito a desfavor da imaginação criadora e dos princípios pedagógicos dos responsáveis na Santa Igreja de Deus. Não, a serpentina de 3 braços do Lumen Christi não figurava a Santíssima Trindade, o sacrário da sagrada reserva no trono resplandecente de 5^a feira santa, nada tem que ver com Jesus no sepulcro, embora se teime em chamar-lhe o *monumentum*; o fragor *aliquantulus* na capa dos livros ou até com maços no chão, no fim dos ofícios de trevas não pretenderam nunca imitar o trovão que acompanhou a ressurreição; as velas do candelabro triangular, que uma a uma se vão extinguindo, não significam a fuga dos discípulos, no jardim das oliveiras. Todas estas explicações é que denunciam a infinita distância que nas eras de decadência litúrgica separou a vida dos cristãos da vida da sua Santa Madre Igreja. Assim se chegou a um tempo em que falar de liturgia o mesmo era que falar de museu de coisas velhas, de vênias e medidas com que docemente os eclesiásticos embalavam as horas de coro, de cânon de minuciosas regras de precedência, indignas de ocupar o honrado tempo de pessoas válidas. Mas a liturgia não era nada disso, embora pudesse precisar de muitas destas coisas, como a vida duma cidade não são as suas regras de transito, embora necessite delas para evitar atropelos desastrosos.

Meus senhores, peregrinámos assaz por tempos e lugares distantes; e por fim chegámos ao nosso tempo e ao lugar onde estamos. Seria desilusão profunda, se depois de termos podido encantar a nossa fantasia na contemplação da viva e esplendorosa liturgia dos séculos passados, tivéssemos de nos resignar a viver hoje a cristalização do que foi venerando sem dúvida, mas demasiado distante e inerte. Mas «o

Espírito de Deus que sopra onde quer» [Jo 3, 8] quis uma vez mais soprar sobre a Sua Igreja. Roma falou de novo. E foi enorme a alegria, não porém completa surpresa, quando lemos nos jornais, no primeiro domingo do Advento último, a noticia de que S. Santidade o Papa nos dera enfim o *Ordo* restaurado da Semana Santa.

São notáveis as reformas introduzidas. A maior é sem dúvida a recondução dos officios às suas horas autênticas. Isto dará à celebração dessas solenes funções mais verdade e aos fiéis maior oportunidade de nelas participar. Mas, quanto à estrutura dos officios, se ficaram diferentes do que estavam no missal romano, foi apenas para retomarem a direcção, aqui apontada, dos tempos em que a liturgia foi mais viva e mais vivida. Olhando um pouco para a origem e para as primeiras fases da estruturação do officio da Semana Santa, como pretendemos fazer, estamos aptos a entender e a viver, no novo *Ordo*, o pensamento grande que a Santa Igreja vive e quer que vivamos com ela.

Mas o que mais há a notar no *Ordo* é o espírito que dele se evoca. O decreto geral e a instrução da Sagrada Congregação dos Ritos que lhe servem de introdução, são notáveis pela clareza dos conceitos. Talvez seja a primeira vez, ao menos em nossos dias, que em documentos similares aparecem afirmações explícitas deste teor:

1° «que os ritos litúrgicos, a liturgia (sem distinguir entre os ritos em que se confeccionam sacramentos no sentido estrito, e ritos em que eles se não confeccionam) encerra singular virtude e eficácia sacramental» [Decreto].

2° «que esta virtude e eficácia nunca poderão ser compensadas com aqueles piedosos exercícios de devoção comumente chamados extralitúrgicos, que neste sagrado tríduo é uso fazerem-se da parte da tarde» [Decreto].

3° «que o objectivo do novo *Ordo* da Semana Santa é proporcionar aos fiéis a possibilidade de participarem mais facilmente, com maior devoção e maior fruto, na veneranda liturgia destes dias. Conseguir plenamente este objectivo é da máxima importância» [Instrução, no início].

Dá-nos ainda imensa luz:

4° O título das diversas funções como no domingo de Ramos, «solene procissão em honra de Cristo-Rei»; na sexta-feira santa, «solene acção litúrgica na Paixão e Morte do Senhor» ou, na segunda parte desta mesma acção litúrgica, «orações solenes a que também se dá o nome de oração dos fiéis».

5° O sentido de verdade dado aos ofícios que em certa hora substituem os que, a outros títulos, estariam indicados para essa mesma hora, como por exemplo, a vigília pascal que substitui as matinas da Ressurreição e, mais ainda, a supressão de completas num dia em que se nos manda vigiar e não dormir.

6.° Ainda e finalmente a própria eloquência dos gestos, simples e espontânea, como o indescritível cortejo que introduz o Círio no templo mergulhado na escuridão absoluta e de quem as trevas fogem vencidas; aquele contágio da luz vinda do Círio e derramada nos pequenos círios de cada fiel, a inscrição no Círio do ano corrente, o que lhe dá o ar de trofeu anual de Redenção eterna e que por isso em cada ano devia ser novo e não o antigo raspado para receber nova inscrição; e acima de tudo aquele momento autêntico da renovação das promessas do baptismo, momento que é de algum modo termo real de toda a ascese da Quaresma, porque a concretização em cada um dos fiéis do mistério pascal da Morte e da Ressurreição de Cristo, etc.

Dentro de 3 semanas, no próximo dia 25, domingo segundo da Paixão, vamos estrear o *Ordo* restaurado. É graça por que suspiraram muitas gerações antes de nós. Agora ela vem-nos, por assim dizer, ter a casa quase sem fazermos conta. No pensamento actual da Santa Sé não está normalmente impor reformas. Roma quer dá-las, mas como resposta a necessidade sentida. E, sem dúvida, que em matéria litúrgica, existem muitas necessidades; o que se não tem muitas vezes é consciência delas. Urge, portanto, criá-la. Diz o citado decreto que o Santo Padre anuiu aos votos de muita gente da Cristandade. Não sei quantos foram os votos de Portugal. Não sei; mas fossem quantos fossem, o certo é que hoje fomos beneficiados juntamente com os outros. Graças a Deus, a experiência dos

anos, em que já se fez facultativamente a vigília pascal restaurada, veio provar que o nosso país, e em particular a nossa Diocese, apreciou e, ao que se ouve dizer, melhor que outras terras, donde nos vinham propagandas bem convincentes. No entanto, regresso ao pensamento por onde comecei: Se temos a glória de sermos honrados herdeiros dos Mestres que nos ensinaram, não podemos renunciar à glória de sermos honrados transmissores aos nossos vindouros dum amor entranhado e operante ao movimento litúrgico, tanto mais quanto a atitude do Santo Padre é francamente de estímulo e aprovação.

Disse um dia S.^a Eminência que «o amor à liturgia foi flor desta Casa e coisa nova em Portugal» [Conferência no Seminário em 2-3-1954]. Hoje no 25º aniversário do Seminário faço os mais ardentes votos por que a flor cresça, desabroche o perfume com o seu aroma toda a nossa vida diocesana e, se a intempérie lhe fizer murchar a esplêndida corola, que não se lhe percam ao menos as sementes, que em tão boa hora o Senhor fecundou com a sua Bênção.

in *Novellae Olivarum*, Ano XIV, Número Especial, 1956, pp. 33-53

in *Novellae Olivarum*, IV Série, Nº 22, Número Especial, 1998, pp. 25-52